

I - ADMINISTRAÇÕES POPULARES: UM PROJETO ESTRATÉGICO

*Compunha
Osmel, este texto
ainda é Intenso
Uma primeira versão
Obus
Ly Bion*

É necessário termos claro uma questão - ainda que seja uma obviedade - a de que estamos tratando não de qualquer administração pseudo pública no aparato formal burguês, mas de Administrações Populares, com uma posição de governo democrático e popular, em determinados contextos e limites espaciais de nossa formação social brasileira.

Por mais óbvio que pareça esta afirmação ela já em si, permite desfazer "pequenos" erros de análise, como a de uma municipalização da crise do capitalismo monopolista, que enfim se realiza numa determinada cidade implicando determinações originais e concretas, - mas que tem sua sede fundamental de dominação de classe, bem longe do pequeno espaço da cidade. A cidade no capitalismo, não é para os burgueses a mesma coisa que era no início do capitalismo e da disputa com as forças dominantes da tradição pré-capitalista. No início, ela foi o palco fundamental principalmente no capitalismo clássico (Inglaterra, França...) para a consolidação de hegemônias do mercado capitalista. Mas não foi num repente fulminante a consolidação do capitalismo, assim como este não se consolidou sem transformações no interior de seu modus vivende. A resistência da tradição pré-capitalista na Europa delimitou e determinou duas grandes guerras mundiais ainda em pleno século XX. Podemos então começar a imaginar esta resistência não no berço clássico do capitalismo, mas numa formação social marcada pela dependência e pelo arcaísmo das relações sociais, que até hoje vigoram não só na esfera pública (patrimonialismo, corrupção, clientelismo, militarismo) como também na esfera civil (social, cultural, valores, despolitização) e sobretudo no campo econômico onde reina uma fragorosa concentração de riqueza e poder e uma fragorosa miséria absoluta vivendo uma modernidade atrofiada que reproduz atrelando-se no arcaico e sugando pela exploração o suor e o sangue da maioria da população.

A trajetória clássica do liberalismo capitalista, que através da acumulação primitiva, das fugas dos artesãos dos feudos para centros de circulação de mercadorias (os burgos), consolidou o mercado e enfraqueceu o Estado Feudal. A nova classe em ascensão aliou com os

reis fortalecendo o Estado Absolutista, e mais tarde ganhando forças para quebrá-lo através de uma revolução civil, instituindo a divisão de poderes e o Estado mínimo. Estado que Marx chamou em determinado momento de "escritório da burguesia". Foi também a partir da consolidação da hegemonia do mercado que se desenvolve a teoria do progresso, da evolução, do mito da ciência em detrimento à natureza. O triunfo da razão em detrimento do mistério e do obscurantismo. Logicamente que o Estado mínimo transforma posteriormente no Estado interventor, planejador. Triunfa uma realização da razão, a instrumental com sua racionalidade técnica-burocrática.

No Brasil, foi a partir da colonização primeira do Pau Brasil, da cana de açúcar, depois através do ciclo do ouro que se constituiu os primeiros aglomerados cidadãos. A escravidão foi uma marca fundamental para a consolidação do exercício da cidadania. Sendo o Brasil uma fonte, ou um quintal para buscas de recursos e matérias primas para a acumulação colonialista, regiões situadas próximas ao mar foram se constituindo como portos de desembarques de nossa riqueza.

Esta marca histórica traz determinações estruturais na consolidação de nosso capitalismo tardio. A conquista do liberalismo da abolição da escravatura, consolidaria não uma força de trabalho livre para vendê-la aos capitalistas, pois a marginalização cultural dos negros fez com que os detentores da hegemonia capitalista imprimisse uma massiva política de atração de força de trabalho imigrante. Consolidou já neste período um enorme contingente de força de trabalho informal, marginalizada nas periferias dos conglomerados urbanos. O trabalho escravo negava à cidade a sua condição de mercado de trabalho, que é um dos seus atributos básicos.

As rupturas com o império foram se consolidando através de transformações pelo alto, tendo o Estado um papel fundamental na organização e magnetização para a consolidação da hegemonia capitalista industrial, imprimida após a dinamização da aristocracia cafeeira.

Aqui, nossa república se consolidou pela via militar, solidificou o positivismo e o Estado como propulsor das transformações do mercado. A fração industrial fez do Estado sua bengala desenvolvimentista.

A internacionalização monopolista do mercado consolidou no Brasil uma modernidade atrofiada, onde os militares assumiram um papel de dirigentes fundamentais através do Estado de Segurança Nacional. Pode-se afirmar que o capitalismo em nossa formação social assumiu um perfil spartaquista.

Foi através de determinações originais, na reprodução da dominação capitalista em nossa formação social, que a cidade passou de sua fase concorrencial para a fase monopolista de mercado.

Poderíamos sinteticamente diferenciar três particularidades que incidiram concretamente na consolidação da cidade em nossa formação social:

- A primeira é que "diferentemente dos países centrais a rede urbana na primeira fase de desenvolvimento da economia brasileira é extremamente polarizada em poucas e grandes cidades. Não existe, como nos países centrais, o grande número de pequenas e médias cidades que formariam a base dessa rede urbana e poderiam, no momento da industrialização, fornecer localizações alternativas para as indústrias" (Estudos Fundap nº1-Celso Monteiro Lamparelli e outros-mimeog.)

- A segunda é a que "o período do capitalismo industrial semi-concorrencial, que se deu no Brasil, foi extremamente curto e de características peculiares no que se refere à capacidade da iniciativa privada investir em condições gerais urbanas e regionais. Com efeito durou esse período quando muito 50 anos (1900-1950) vindo sobre ele imediatamente sobrepor-se um período de intervenção estatal logo em seguida a penetração do capital monopolista internacional. O capital privado nacional presente nesse período não tinha condições de acumulação que lhe possibilitasse contribuir para a criação das condições gerais. Não houve, portanto, nem tempo nem recursos financeiros para investir e acumular em condições gerais, como no caso dos países centrais, onde durante 150 anos o capital privado construiu estradas, ferrovias, barragens, usinas de energia elétrica, comunicação, entrando no século XV com toda uma infra-estrutura...

Não se deu no Brasil essa acumulação de condições gerais, o que por um lado permitiu e outro obrigou o Estado brasileiro a intervir maciçamente no processo econômico, o que lhe conferiu características particulares.

No Brasil, o Estado, num primeiro momento, é o principal fator de rearticulação das atividades econômicas que irão permitir, facilitar e 'empurrar' o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a custa de uma enorme exploração da força de trabalho, exploração essa regulada e permitida pelo próprio Estado que abre as portas do país ao capital monopolista internacional, facilita a concentração do capital e a formação de monopólios nacionais, e atua ele próprio na esfera da produção." (Estudos Fundap nº1, Celso Monteiro Lamparelli e outros - mimeografado).

- A terceira determinação original é dada pelo alto grau de marginalização geradora de um enorme continente de exército de reserva, aprofundada desde a 'abolição' da escravatura que gerou e solidificou no Estado a marca patrimonialista, clientelista e manipulatória pela aristocracia moderna frente as classes dominadas. A falta de uma sólida cultura democrática gerou a aristocratização de nossa formação social. As cidades hoje são produtos dessa dialética opressão-libertação onde os oprimidos tem, por enquanto se subordinados ou sendo reprimidos no primeiro sinal de mobilização que rompa com a cooptação clientelista da aristocracia dominante.

Na cidade formal, vive uma enorme cidade informal. A perversão das relações sociais capitalista dominante adaptou a arcaísmo da marginalização do biscate, das faxinas e dos serviços informais a funcionalidade da dominação e exploração capitalista formal. Portanto, mesmo a realização formal do capitalismo em nossa formação social é uma realização restrita onde além das condições clássicas de sua dominação determinam que uma ampla parcela humana seja jogada na sargeta produzindo depósitos de massas humanas nas periferias negadas de exercer com dignidade a cidadania, é a escravidão moderna, que nega o mínimo de direitos consolidados na própria tradição do liberalismo formal burguês.

Neste sentido, uma esfera pública com base numa legitimidade popular democrática, nunca se realizou de modo efetivo, em nossa formação social. O Estado, sempre interviu para aumentar diretamente a acumulação capitalista direcionando as condições gerais (sociais) para amplas massas a cooptação através de clientelismo de parcelas dos dominados ou da repressão absoluta, a fim de consolidar a produção e o consumo das classes dominantes. As rupturas feitas nos processos de legitimação (independência colonial, monarquia constitucional, repúblicas novas e velhas), foram realizações que se antecipavam para impedir que os de baixo se emancipassem por suas próprias forças.

Nossa formação social em matéria política e social é altamente aristocrática e retrógrada, nem ao menos as condições gerais que consolidaram o Estado social, na busca de destencionamento do sistema capitalista se consolidou no Brasil. Até mesmo as condições gerais geradas no interior do Estado são privatizadas, que faz da esfera pública uma realização de aguda perversão no Brasil.

O Estado assumido por esta face clientelista, patrimonialista e que pelo seu viés burocrático-autoritário não deve satisfação a ninguém, Consolidou em nossa formação social uma esfera pú -

blica municipal com uma autonomia enorme frente a necessidade de legitimação popular.

É esta esfera pública que começa ser herdada e conquistada por posições de esquerda no Brasil diante da ofensividade do neo-liberalismo a nível internacional.

Possuir uma estratégia frente ao Estado e suas diversas realizações é, em nosso caso específico, também nas esferas municipais uma necessidade para ontem das forças democráticas e populares. Para tanto devemos superar a tecnocracia assim como o doutrinarmismo que ora se reforça num obreirismo dogmático, ora se institui de puro ideologismo. Uma política democrática determinada por uma estratégia socialista atualizada incorpora no seu interior a especialização de políticas públicas como expressão não-neutras de disputas de cidade-estado e cidadania.

Neste sentido, uma Administração Popular é universal. O sentido humanizador maior de nosso projeto é a superioridade humana advinda da práxis socialista. Mas ela é universalizada de algum lugar; quando vamos visitar o Rio de Janeiro poderemos voltar com uma imagem ou visão de Copacabana ou da Favela da Rocinha que representa cerca de dois terços da vida informal da cidade capitalista formal. Porém, nossa universalidade tem a posição real de fazer-se universal, a posição dos de baixo, dos esmagados e dominados, dos desvalidos, dos jogados na sargeta de nossa vana modernidade. Neste sentido, nosso projeto potencializa uma vanguarda social da cidade (sindical e popular) que juntamente com amplas parcelas dos setores médios globalizam um projeto de radicalidade democrática, que tem como embrião vivo e material de realização pública para a população em geral às Administrações Populares. Disse brilhantemente uma vez uma militante socialista: Fazer uma Administração Pública ou um governo municipal, sem corrupção, sem falcatruas é importante já é um grande passo, porém insuficiente. Fazer uma inversão dos interesses tanto na captação dos recursos, bem como na aplicação dos projetos e investimentos no sentido de um conteúdo popular, já é um grande avanço, porém ainda muito insuficiente, pois algumas Administrações Populares - ainda que em pequenas cidades - foram realizadas no país por frações reformistas de partidos da ordem como a experiência de Lages por exemplo... Nós do PT e das Frentes Populares temos que ir bem mais além de tudo o que foi realizado nas esferas públicas municipais, este deve ser nosso ponto de partida. Devemos consolidar uma ação de governo que nenhuma outra força política do país terá condições de realizar, ou seja, formar uma esfera pública democrática que marque materialmente uma nova passagem na história

da cidade, no qual os oprimidos e humilhados aprenderão a experiência real de que a libertação das teias e dos grilhões do capitalismo se efetivará a partir de sua própria mobilização e organização ativa. Uma experiência que faça os defensores da dominação e da exploração perceberem que a cidade que tiver uma gestão da Frente Popular, nunca mais será a mesma. Pois o movimento popular estará sendo potencializado na sua relação com a esfera pública, a tal ponto que se criará laços que explodem com os limites do exercício da cidadania formal burguesa. Inicia com nossa gestão um longo trajeto de construção de uma nova esfera pública ampliada que recupere os sujeitos coletivos e individuais como os reais agentes da história. É importante percebermos que este projeto que conquistamos na faísca da disputa eleitoral não para na gestão governamental, mas tem nela - já em si - uma práxis real através da qual iniciamos experiências concretas de uma globalidade histórica superadora das alternativas colocadas pelo capitalismo dominante. Neste sentido, demarcamos com aqueles que contra a universalidade propõem um obreirismo atrofiante e incapaz de compreender os desafios findouros do século XX. Estes, movidos por uma miopia doutrinal, nada fazem que repetir velhas afirmações apodrecidas pela arqueologia humana. Também propomos romper com a versão tecnocrática, que nada mais faz que sustentando-se na 'máquina pública' propor popularizar a técnica (tida como neutra) para legitimar suas carreiras públicas reforçando a trilha burocrática e anti-povo constituída pela hegemonia capitalista dominante.

Assim sendo, em cada discussão sobre tarifas públicas, salários e políticas públicas em geral reproduzimos e construímos a nova utopia. E ela só será nova se os sujeitos sociais interessados numa esfera pública emancipadora se engajarem, sem confundir esferas e sem portanto silenciarem e despotencializarem sua força globalizadora. Sem mitos, com mitos, sem fórmulas e com fórmulas, testamo-las e recriamo-las na humildade de quem conquistou para o exercício de uma nova aprendizagem, concretizando um projeto universal numa posição democrática e popular sob a hegemonia de uma práxis socialista.

II - ROMPER COM A TECNOCRACIA-SISTÊMICA

"É uma análise que tem por objeto descobrir e interpretar as conexões que se estabelecem quando unidades do sistema social concorrem, com suas atividades, para manter ou alterar as adaptações, ajustamentos e controle sociais de que dependem a integração e a continuidade do sistema social, em suas componentes nucleares ou como um todo."

Florestan Fernandes-Sobre a abordagem sistêmica funcionalista.

"A nossa relação com a máquina pública deve ser entendida como uma permanente tomada da bastilha."

Olívio Dutra - Prefeito da Administração Popular de Porto Alegre.

Uma administração de conteúdo democrático-popular, já deveria ter varrido de suas fileiras, para qualificar sua relação com uma esfera pública popular ampliada, os ENFOQUES TECNOCRÁTICOS E SISTÊMICOS na execução de suas políticas.

Conforme o enfoque sistêmico mais tradicional - o organizista - e que encontra um caldo de expressão nos quadros "técnicos" da prefeitura, a esfera pública é um corpo que tende a harmonia através de suas funções, secretarias ou departamentos. Cada secretaria funciona para harmonizar o seu TODO, podendo até gerar reformas, mas no sentido de preservação da harmonia autônoma do corpo.

Os conflitos, ou as negações são considerados desvios do corpo (vírus) que devem ser integrados, combatidos ou repelidos.

A relação com a população deve ser entendida como a extensão do corpo. Os conflitos devem se integrar na totalidade harmônica do todo corpo. Assim se expressa a política "popular" sistêmica: imprimir uma popularização da técnica para a ampliação da legitimidade tecnocrática. A tecnocracia portadora da sabedoria complexa do conhecimento especializado, detém o monopólio do domínio da técnica numa esfera "pura" fora dos domínios ideológicos ou políticos, portanto enquanto uma realização cognitiva neutra. Os conflitos são tensões do sistema a serem resolvidos pelas determinações técnicas funcionais de cada órgão visando a sua integração ao todo.

Do ponto de vista de um governo, ou gestão pública, este enfoque tem sua força material não através de uma implantação social ampliada ou de um enfoque orgânico advindo do movimento popular, mas sim da matéria concreta chamada comumente de "máquina Pública" e seus procedimentos cristalizados historicamente por uma racionalidade burocrática e sistêmica que hegemonizam uma relação com ela como se fosse natural e única.

Na história da luta pelo socialismo é por todos nós conhecido seus movimentos. Como afirma o teórico liberal italiano Norberto Bobbio corretamente a teoria do inevitável desaparecimento do Estado, tornar-se-ia um traço fundamental das ideologias políticas dominantes do Século XIX". (O Conceito de Sociedade Civil - Edições Graal. 1982).

Foi Saint Simon mentor do socialismo tecnocrático que via o desaparecimento do estado pela máxima da substituição do governo das pessoas pela administração das coisas, propondo uma nova ordem dirigida por cientistas e industriais (técnicos) em contraste com a vlehá dirigida por militares e metafísicos. A tese do desaparecimento do Estado desenvolvida por Fichte que Saint Simon deu andamento contagiou tanto o Maxismo como o Positivismo de Cont, com perspectivas e nuances diferenciadas.

Também a social democracia incorporou a racionalidade instrumental tida por Max Weber, sociólogo conservador alemão, como a gusa do desencantamento do mundo e da burocratização da vida moderna. Para a social democracia a luta socialista reduziu a esfera pública a uma estratégia socialista que absolutizava uma ação "modernizadora" na esfera restrita do Estado. Foi assim que o socialismo democrático sucumbiu para a social democratização estatal.

Aqui, nos confins de um capitalismo tardio e dependente, a tecnocracia pseudo-modernizante, pretende, em sua última versão, consolidar uma realização ampliada da técnica popularizando seus feitos, buscando ganhar no meio popular e social uma base maior de legitimidade para suas carreiras, após um longo período de sobrevivência num Estado Burocrático-autoritário.

Para tanto, defendem para a realização de sua política o instituído, as hierarquias consolidadas, pois são fundamentais para a reprodução e manutenção da totalidade harmônica sistêmica.

Foi esta concepção tecnocrática que hegemonizou nossas universidades a partir - principalmente - do acordo MEC-USAID. Foi através dele que a política expansionista consolidou no Brasil o capitalismo monopolista-oligopolista fundamentalmente com o Estado

de Segurança Nacional e foi através desta concepção que a maioria dos quadros "técnicos" da prefeitura se formaram ou se deformaram nas universidades.

* As alternativas às concepções sistêmicas foram sendo pouco a pouco questionadas como mostra o brilhante trabalho do intelectual militante Florestan Fernandes * e tantos outros; que obrigou seus defensores e interlocutores a reformulações.

A experiência de Allende no Chile, foi também fundamental para as forças socialistas, em particular na América Latina. " Foi nesta experiência que socialistas e democratas deram todo seu suor e sangue para consolidar uma alternativa popular na gestão pública instituindo uma transição para o socialismo democrático.

A trágica experiência da Unidade Popular Chilena, deve nos servir de base para uma grande reflexão: a primeira diz respeito ao famoso paradoxo de que: onde se concretizou o socialismo falhou a democracia e os socialistas que apostaram na democracia no capitalismo para transitar ao socialismo sucumbiram ao capitalismo. A segunda diz respeito de que foi desta experiência que se gestaram os embriões da inovação do planejamento estratégico frente ao planejamento sistêmico e tecnocrático que as forças conservadoras estavam e estão a implementar.

Foi no período da IIª Guerra Mundial que vemos por todo mundo capitalista uma proliferação de planos de urbanização, leis de zoneamento, obras pontuais e outras manifestações dessa intervenção estatal, numa tentativa de minimizar suas contradições.

O planejamento urbano aparece como a atividade que organiza e operacionaliza essa intervenção. A atividade organizadora e operacionalizadora que é, baseia-se numa racionalidade instrumental (técnica) deduzida de premissas ideais, mas encontra pela frente uma realidade complexa e sobretudo contraditória, poucas vezes passível de tratamentos técnicos-rationais. Causa esta defasagem profundas contradições no seio da disciplina e inúmeras dúvidas existenciais nos profissionais que a praticam, prensados entre os ditames dessa racionalidade e as pressões políticas, econômicas e sociais que emanam da realidade.

Dentro desta dinâmica as leis de zoneamento são uma tentativa de aplicar à força uma racionalidade técnica, na melhor das hipóteses, baseadas numa visão da cidade que toma idealmente como um espaço onde seria possível aplicar uma divisão técnica, sem perceber (ou querer perceber) que a dinâmica de estruturação desse espaço é eminentemente social e não técnico, portanto contradi-

tória e não cooperativa . (Celso Monteiro Lamparelli e outros-Estudos Fundap nº1 - mimeografado).

As forças socialistas atualmente na defensiva pela ação hegemônica do neo-liberalismo capitalista a nível mundial, devem' redobrar suas forças e criatividade para não render as fáceis saídas do instituido e enfrentarem com a paixão radical que exige uma práxis socialista moderna as teias e grilhões da opressão dominante. Sendo a luta socialista de longo fôlego, devemos nos qualificar para a longa corrida que busca pela implantação já de uma cotidianidade superadora à dominação capitalista a concretização da utopia socialista e democrática.

* Ver principalmente: Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica - 1980- Ed. TAQ. São Paulo- FERNANDES, Florestan .

III - SUPERAR O OBREIRISMO:

"Já não existe um só modelo de classes operárias como parecia haver no passado, com um modelo só de organização, seja sindical, seja política.

... há uma situação nova, que é o caso da 'desindustrialização' de regiões de velha industrialização, onde a classe operária já desaparece ou se encontra em crise sem saber o que fazer.

... Além disso, as novas classes operárias desses países são heterogêneas, que podem ser facilmente divididas..."

Eric Hobsbaum- Conferência em São Paulo - 1988

Não adianta apenas rompermos com a tecnocracia, mas para darmos respostas contemporâneas ao nosso presente, precisamos também superar o obreirismo reinante que fermenta um caldo comum com o classismo. Este caldo comum se veste de um messianismo latente que sobrevive na sociedade respingando no PT e em setores da Administração Popular.

Nele o projeto de classe é um projeto em si, a classe, traz no seu bojo, uma missão a-histórica de salvação civilizatória. Alguns menos fundamentalistas refazem este determinismo afirmando que a classe já é classe em si, mas com a falsa consciência que ela deveria ter de si, o que não resolve o problema apenas o repõe. Aqui o projeto socialista materializado numa práxis histórica sucumbe a doutrinas a-históricas de caráter fundamentalista. Para nós a classe se faz e se refaz na história com organizações, tradições e valores em contradição com realizações dos grilhões de opressão.

Para os socialistas democráticos se impõe superar as formulações doutrinárias e dogmáticas, pois estas desconsideram a formação social concreta e a luta política de classes em disputa na história.

A clássica formulação marxista da extinção do Estado - concebido apenas como coersão - se traduz em lei e se transforma em dogma. Assim também se coloca a afirmação de que: " desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, a burguesia finalmente conquistou para si mesma, no moderno Estado representativo, o exclusivo poder político. O executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para gerenciar os negócios comuns de toda a burguesia. (Marx e Engels - Manifesto Comunista - 1848). Tornaríamos uma esquizofrenia fazê-la uma verdade abstraída dos movimentos reais do capitalismo e as posteriores modificações da relação Estado-mercado e dominação: coersitiva e hegemônica.

Ao trilhar-mos o próprio movimento teórico de Marx não encontraremos uma única e coerente teoria da política e ou do Estado.' Na crítica ao Estado "racional" de Hegel que em 1840 Marx definiu-o' com uma vida separada da sociedade civil que expressava as condições da Alemanha da época onde havia claramente uma separação de um Estado que ainda estava na mão de uma classe governante pré-capitalista' e de uma sociedade civil na da burguesia em ascensão. Na Ideologia ' Alemã, Marx não abandonou completamente esse conceito mas introduz ' a visão do Estado enquanto instituição com vínculo de classe. Já sua análise de império de Luis Bonaparte (1852-1870), Marx, retorna a argumentação do Estado autônomo, que o caracteriza pelo equilíbrio das classes em luta onde nenhuma tem poder suficiente para governar através do Estado.

Estes são alguns registros apenas para ilustrar que o dogmatismo do obreirismo reinante desconhece as próprias contradições ' internas da teoria marxista de Estado e da política.

O obreirismo doutrinário concebe nossa ação no governo como uma contra hegemonia expressa na máxima classe x classe visão que implementada repetiria noltros moldes e com características próprias uma aproximação da trágica experiência da Adm. Popular de Fortaleza.

Nesta sentido, por mais pseudo.esquerdista que possa parecer, o obreirismo se encontra com a tecnocracia. Ainda que por projetos distintos, seu esquematismo simplificador: burguesia x proleta - riado, rico x pobre, bem x mal, se encontra com a popularização da ' técnica em busca de legitimidade popular com a "neutralidade" de ' quem quer constituir serviços com os trabalhadores.

A vinculação do obreirismo com a tecnocracia se constitui' também a partir de um caldo cultural messiânico, que acompanha par - celas do PT desde sua fundação. Aqui não falamos em mística ou em ' simbologia emancipadora como determinação cultural fundamental da estratégia socialista. Queremos afirmar que a formação do PT enquanto' um partido de resistência do Estado, gerou uma cultura ilusória que ' entendia que a luta revolucionária se dava apenas na "sociedade ci - vil" contra o Estado. Hoje, precisamos aprofundar esta simplificação para que o messianismo que ao ocupar um terreno, uma fazenda ou fa - zer uma greve pensava que estava realizando imediatamente a revolu - ção socialista, não venha sucumbir - pela falta de fôlego teórico - ' à tecnocracia reformadora que apenas busca legitimidade para suas ' carreiras.

Quem não entender a necessidade de rompermos uma visão a - trofiada da superação de dominação capitalista, seus valores, seus' fetiches determinados pela indústria cultural e vincular as lutas'

parciais a uma concepção universal do mundo, acabará por sucumbir a globalidade capitalista dominante, mesmo que, portando uma doutrina esclerosada perante a história, esteja emulado por muita boa vontade.

IV - POR UMA UNIVERSALIDADE EMANCIPADORA

Hoje podemos dizer que o Estado contemporâneo vive nas palavras de Habermas uma crise de legitimação. Esta crise de legitimação surge quando as demandas crescem mais rapidamente do que as recompensas e as respostas.

Esta crise de legitimação é trabalhada pela ofensiva neoliberal como um fenômeno do gigantismo estatal em detrimento do mercado.

O mercado é recuperado como a fonte de liberdade e iniciativa em detrimento da atrofia da racionalidade burocrática. Os trabalhadores do serviço público passam a se tornar o alvo da crítica liberal a partir da consolidação da efetividade e intocabilidade que os afastam do controle da sociedade civil. Também a funcionalidade pública amortece a "mobilidade" movida pelo risco da perda do emprego como acontece na iniciativa de mercado.

Também se colocam como alvo os políticos considerados como "classe política" autônoma dos interesses sociais e econômicos que os sustentam. São considerados como artífices da técnica demagógica, desenvolvida por sua direta dependência da legitimidade do voto.

O que os liberais novos e velhos não colocam é que atrás de sua "liberdade" se encontram interesses privatistas bem determinados. Cresce seus apetites os quais eles colocam como da "sociedade civil" e do "interesse geral" buscam negociatas para "diluir" em presas estatais no mercado através de condições e valores de elevada estima e consideração social.

Por outro lado, as conquistas do movimento democrático-popular na derrota do Estado de Segurança Nacional em transição foram determinando mecanismos de legitimação eleitoral, determinando a alteração no grupo dirigente constituído pelo pacto que desenvolveu este "modelo" de dominação.

O fôlego da transição, a capacidade de readaptação deste "modelo", as contradições próprias de seu próprio desenvolvimento é também responsável pela súbita febre privativista em andamento na história.

Por outro lado é importante salientar, que nenhuma ideologia tem vida sem elementos de realidade concreta. Se podemos dizer de que há um fenômeno universal na modernidade é a consolidação ampliada, em quase todas as esferas do império da razão instrumental e sua hospedagem em procedimentos e gigantes "aparelhos" burocráticos que servem de combustível material a esta realização da razão.

Como portanto, superar as alternativas capitalistas, numa gestão de Estado em crise de legitimação?

Antes de apontar respostas, devemos também, considerar que o Estado Nação, elemento concentrador das forças materiais e políticas do desenvolvimento capitalista, torna-se um obstáculo no seu desenvolvimento atual.

As estratégias de desenvolvimento deixam de ser nacionais, ou seja, hoje as organizações "multinacionais" se desenvolvem com estratégias continentais. Cria-se na atualidade um mundo poli-centrista onde se faz e refaz a realização da contradição nação/não nação e sua relação com o Estado.

Tendo claro que uma administração Municipal realiza-se dentro de limites institucionais quase insuperáveis, a legitimação do Estado e sua realização municipal só tem saída na democratização geral da sociedade civil e política. Na distribuição e descentralização da concentração do poder e da riqueza que não deve se reduzir em absoluto a dimensão municipal.

Portanto, o desenvolvimento da legitimidade da esfera pública municipal também só se efetivará na quantificação e qualificação das respostas às demandas da cidade.

Com a organização, receita e cultura cristalizada na esfera pública municipal não se poderá jamais ir além da gestão séria, saneadora e do resgate da moralidade pública, perspectiva que não será suficiente para forjar uma alternativa socialista democrática.

Precisamos consolidar nossa base popular que ao se organizar exigirá demandas e mais respostas. Esta não é uma contradição particular, mas de uma esfera pública que assume como universal. Com sua legitimidade popular, se propõe coletivamente incidir na agilização de iniciativas necessárias para a democratização radical do exercício da cidadania, rompendo com a liberdade formal onde alguns são mais cidadãos que outros, onde algumas áreas da cidade são mais instrumentalizadas que outras, responsabilizando o conjunto da cidade por suas próprias contradições sob a ótica dos humilhados e impedidos de deslocar, trabalhar, consumir, se informar, ter lazer...

A partir da posição popular conquistada, imprimir uma dinâmica democrática na realização das contradições, racionalizar e potencializar a esfera pública para qualificar as contradições sob uma ótica universal da emancipação.

Isto colocará o PT, as Frentes Populares e seus dirigentes a necessidade de qualificarem sua formação no âmbito da elaboração

ção de políticas públicas. Não mobilizamos uma base popular apenas pela FORÇA DA IDEOLOGIA, temos que constituir na realização da ideologia formulações concretas de políticas públicas.

O partido deverá assimilar que o seu crescimento enquanto referência de massas está intimamente ligado as respostas às legítimas consolidações em nossas Administrações Populares. Seu sucesso é o sucesso do PT e de uma alternativa democrática e popular de massas, sua derrota é a defensiva das forças socialistas à ofensividade liberal no seu último fascículo.

Por último, lembraríamos Offe que "as políticas sociais estão permeadas pelas contradições e tensões entre os imperativos da produção do capital e as necessidades de reprodução da força de trabalho" (Pedro Jacobi, 1989), subordinando o exercício da cidadania à mercadoria: sua produção e reprodução (Marx).

As contradições determinam mecanismos que regem a lógica das políticas públicas. Os mecanismos seletivos do Estado quando funcionam eficazmente, tornam-se virtualmente impossível de imediato o caráter de classe do Estado. Em períodos de crise, estes mecanismos seletivos desintegram-se e o Estado imprime crescentes formas de repressão. As contradições impedem que o Estado desenvolva uma política estatal efetiva em função dos interesses do capital como uma totalidade. (Offe, 1984).

O Estado contemporâneo fica dividido entre tarefas e exigências dificilmente conciliáveis, e nessa medida, frequentemente as políticas governamentais refletem as ambiguidades e a crise de legitimação com o aprofundamento de participação políticademocrática.

Por outro lado, as posições democráticas e populares conquistadas nas administrações municipais não podem se colocar na função dos interesses dos trabalhadores como uma totalidade. Aqui recoloca-se a necessidade de superarmos o obreirismo e imprimir uma UNIVERSALIDADE EMANCIPADORA que com uma dinâmica democrática requalifique nossa base popular e amplie a legitimação de nossa realização pública consolidando uma alternativa socialista democrática.

Gilson Lima

Hildemar Rech

Obs: Este texto é ainda uma primeira versão